

UNIVERSIDADE: a busca da excelência acadêmica

Luiz Carlos dos Santos¹

A universidade, criada a partir do século XI, tornou-se uma instituição universal: gerou uma multiplicidade de modelos; renovou-se na gestão, estimulada por condições sociais emergentes, flexibilizando a formação, ao lado de novas áreas de conhecimento; desenvolveu a educação à distância (EaD); cresceu na área politécnica, acompanhando o intercâmbio nos continentes e, entre estes, em alguns países, avançou na dimensão da autonomia institucional; incrementou-se a pesquisa; e, ampliou-se a inovação, principalmente com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Tudo isso confere às universidades credibilidade, o que pode levar a excelência acadêmica. (ROSSATO, 2005).

Observa-se que nos países em desenvolvimento, a universidade vem apresentando notável expansão; deixou de pertencer, exclusivamente, aos segmentos docente, discente e pessoal técnico-administrativo, constituindo-se, muitas vezes, numa esperança de transformação do quadro socioeconômico, cultural, ambiental, ou seja, de *lócus* da produção, difusão e socialização do conhecimento, também, uma possibilidade de agregação de atores rumo ao desenvolvimento local, regional e nacional, o que a coloca no centro das preocupações políticas. (SANTOS 2015).

No Brasil, relativamente ao ensino superior, existem três *status* de Instituição de Ensino Superior (IES): Faculdade; Centro Universitário; e, Universidade. Este último goza de autonomia didático-científica, gestão administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, em plena vigência.

As universidades, de um modo geral, sempre cumpriram papel relevante na formação dos cidadãos e, conseqüentemente, da sociedade, preparando e promovendo os seus integrantes para influenciarem, das mais variadas formas, o meio cultural e para atuarem na área da produção, da indústria, do comércio e de serviços, empreendendo o seu próprio

¹ Bacharel em Ciências Contábeis (UFBA); Bacharel em Direito (UFBA); Licenciado em Administração (UNEB); Tecnólogo em Administração Hoteleira (IFBA, ex-CENTEC); Especialista em Administração Tributária (UCSAL); Mestre em Educação (UQAM-Canadá); Doutor em Ciências Empresariais (UMSA); Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS); Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando no Departamento de Ciências Humanas (DCH), *Campus* I e cooperando no Departamento de Educação (DEDC), *Campus* XIII; Membro efetivo do Conselho Editorial da Editora da Universidade do Estado Bahia (EDUNEB), representante da grande área das Ciências Sociais Aplicadas; Avaliador “ad hoc” Institucional e de Cursos do INEP/MEC; auditor fiscal do Estado da Bahia aposentado; e-mails - lcsantos722@gmail.com; lcsantos@superig.com.br; *site*: www.lcsantos.pro.br

negócio ou administrando a sua respectiva carreira.

Ressalte-se, entretanto, que, desde o final do século passado, e, de forma contundente, na primeira e meados da segunda década do século XXI, tanto as universidades quanto a sociedade, de modo geral, estão sendo desafiadas a apresentar respostas mais efetivas ao que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento. Esse cenário está identificado com a globalização e provoca transformação em todos os setores da vida humana, a partir do vertiginoso processamento da informação e da fruição do progresso tecnológico.

Assistiu-se e assiste-se à interiorização do ensino superior, por meio de IES, nos três *status*, quer mantidos pelas esferas públicas (União, Estados, inclusive Municípios), quer de natureza privada, além das confessionais.

Verifica-se uma curva ascendente na oferta de cursos de graduação (bacharelados, licenciatura e tecnológicos), além da proliferação de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização e *MBA*), na modalidade Ensino a Distância (EaD) que, em médio prazo, alterará o cenário da educação superior brasileira, numa dimensão de inclusão social, em um país continental.

Entende-se que a formação profissional, além dos sólidos conhecimentos técnicos, inerentes ao curso escolhido pelo acadêmico, deve contemplar conteúdos que o habilitem como um sujeito criativo, reflexivo e crítico, preparado para enfrentar as mudanças próprias do seu tempo, bem como as condições necessárias para desempenhar múltiplas funções.

No que concerne aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, observa-se um incremento na oferta, principalmente com a criação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da grande área multidisciplinar do conhecimento, bem assim, do surgimento de mestrados na modalidade profissional.

Ante o cenário, apresentado de forma sinóptica, pergunta-se: a universidade vem alcançando a excelência acadêmica?

Alcançar a excelência acadêmica deve ser a meta institucional de qualquer Universidade. Se, de um lado, tem-se marcos regulatórios determinados pelo governo federal para aferir esta qualidade, de outro lado, as Universidades gozam de autonomia que permite imprimir critérios próprios de auto avaliação que vão além do que é predeterminado pelos sistemas de regulação. De qualquer modo é importante definir um caminho para alcançar a Excelência Acadêmica. Aponta-se aqui, alguns itens considerados relevantes para realizar um diagnóstico sobre a qualidade acadêmica de uma Universidade:

• Qualidade acadêmica na Graduação

A universidade é o local da formação profissional e pessoal do cidadão que busca qualidade de serviço quando escolhe uma IES para estudar. O discente deve sair do percurso acadêmico amadurecido e pronto para enfrentar as questões e os problemas que a sociedade vai apresentar.

A sociedade atual demanda um profissional com uma formação geral, que extrapola o domínio de uma área específica do conhecimento e que requer, além da aquisição de conteúdos básicos, o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes formativas; ou seja, uma formação que capacite o aluno para atuar como agente de transformação do mundo no qual se insere (UCSAL, 1999).

De acordo com Silvana Sá de Carvalho (2015, p. 2), o ensino de graduação, para garantir qualidade em todos os seus segmentos de cursos deve ter como princípios:

- a) metodologia voltada para provocar um aprendizado baseado na elaboração do pensamento, com autonomia e independência, capacitando o estudante a problematizar e propor alternativas de intervenção na realidade que o cerca, ou seja, aprender a aprender;
- b) promoção da interdisciplinaridade, que permite uma formação integrada para dar conta das problemáticas advindas de situações reais do cotidiano;
- c) ênfase numa formação humanista baseada na promoção de valores éticos e morais e nos diversos ramos do saber e na reflexão dos problemas humanos;
- d) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão explicitada nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC's);
- e) formação de profissionais críticos e atuantes na sociedade, através de um contexto de aprendizagem social e interdisciplinar, buscando o equilíbrio entre o preparo científico, técnico e humanístico, favorecendo uma formação para a liderança e o empreendedorismo; e,
- f) acompanhamento do discente em seus processos de aprendizagem, considerando que boa parte tem necessidades específicas que devem ser contempladas pela gestão institucional.

Concorda-se plenamente com a autora supramencionada, ressaltando-se que a IES para alcançar o rol daqueles princípios deverá garantir professores qualificados, tanto em termos de domínio de conteúdo específico quanto de formação didático- pedagógica, para o labor do magistério, além de infraestrutura física (laboratórios, amplo acervo bibliográfico, condições de acessibilidade, recursos audiovisuais, equipamentos que atenda as TIC etc.).

• Produção de conhecimento científico e/ou tecnológico

No entendimento de Guimarães (2015, p. 16), o conhecimento científico e a inovação são considerados fatores centrais para o crescimento e o desenvolvimento econômicos sustentáveis, e sua concretização demanda “a necessidade de cooperação mais estreita entre ciência, tecnologia e inovação, ou seja, universidade, sociedade e sistema produtivo”.

Nesta perspectiva, é fundamental o papel da Universidade no desenvolvimento da ciência e tecnologia de um município, região e até de um país. Carvalho (2015, p. 3) elenca

algumas ações que se pode promover entre o corpo docente e o segmento discente de uma Universidade para incrementar o conhecimento científico e/ou tecnológico:

- a) desenvolvimento de grupos de pesquisa;
- b) produção colaborativa e em rede com parcerias interinstitucionais;
- c) valorização de docentes envolvidos na condução dos trabalhos acadêmicos;
- d) inserção da atividade de pesquisa nos projetos pedagógicos de cursos, nos programas de disciplinas, nas orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso; e,
- e) motivação para publicações e participação de professores e alunos em eventos técnicos e científicos.

A universidade, por meio da tríade - ensino, pesquisa e extensão -, possui em suas mãos, elementos essenciais para o desenvolvimento. Por sua vez, o setor produtivo, demanda das universidades, recursos humanos qualificados e tecnologia, para serem utilizados no seu dia-a-dia, propiciando que o setor enfrente um ambiente de alta competitividade em um mundo globalizado.

Acrescente-se outro aspecto importante: o papel da universidade como dinamizador das economias locais e regionais onde as mesmas estão instaladas, principalmente no seu entorno, apor intermédio da geração de emprego e renda, colaborando significativamente no crescimento e desenvolvimento das cidades.

● **Internacionalização**

As universidades precisam se empenhar para educar seus discentes às exigências globais, incluindo nas matrizes curriculares conteúdos, habilidades e atitudes competitivas internacionalmente; significa dizer, que o domínio de um segundo idioma é condição indispensável, bem assim criação de oportunidades mais acessíveis para a mobilidade internacional, a exemplo de celebração de convênios ou denominação congêneres, visando à cooperação.

A cooperação acadêmica internacional, especialmente na última década, vem adquirindo fundamental importância junto às instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras. As universidades estão entrando no novo século, com o desafio de repensarem o seu papel diante da sociedade, como instituições que abrigam a multiplicidade de valores e de opiniões e que enfatizam o caráter universal do conhecimento. A mobilidade de estudantes, professores, pesquisadores e de gestores intensifica com muita voracidade os laços transnacionais, estabelecendo conexões e criando redes de saber universal. As redes de cooperação formadas pelas universidades aproximam as comunidades científicas de diferentes partes do planeta, reforçando a premissa de que é no seio da universidade que devem ocorrer os grandes avanços científicos e tecnológicos e a efetiva integração dos povos, respeitando, acima de tudo, as diferenças e as especificidades de cada nação (STALLIVIERI, sd).

Nesse processo, é importante, além de incentivar intercâmbio de pesquisadores e estudantes com instituições estrangeiras, estimular a criação de um determinado padrão

internacional no interior da Universidade, por meio de eventos internacionais, criação de componentes curriculares ministrados em língua estrangeira, convite a professores estrangeiros para desenvolvimento de atividades e projetos de pesquisa. É fundamental que a IES fique atenta às oportunidades de mobilidade favorecidas por programas do governo Federal e outros programas particulares de Instituições estrangeiras que atraem profissionais de outros países.

• **Corpo docente qualificado**

A titulação mínima exigida para docência, em IES brasileiras, é que o profissional seja portador de certificado de especialização (pós-graduação *lato sensu*). Ora, o *status* de universidade requer um quadro docente altamente qualificado; se sua meta é atingir a excelência acadêmica, o quantitativo de doutores e mestres deve ser expressivo, deixando um percentual mínimo de especialistas para o atendimento de áreas técnicas, ainda carente daqueles profissionais.

Saliente-se que é bastante salutar a busca dos docentes de Universidades almejando o doutorado, bem assim sua posição de participação plena na Instituição, em regime de dedicação exclusiva, com o fulcro de produzir pesquisa e/ou extensão. Porém, cabe às IES formular e implantar política de formação pedagógica que possa, efetivamente, qualificar os professores em suas atividades enquanto docentes e intermediadores do conhecimento.

Para Gaeta (2012), a preocupação com a formação dos docentes no ensino superior tem mobilizado muitos, entre educadores, pesquisadores e os próprios professores. Isso é percebido por meio do número expressivo de publicações de pesquisas e artigos relevantes sobre o tema; do aumento de obras didáticas para o ensino superior; dos debates promovidos pelos congressos nacionais de educação; das dissertações e teses produzidas na área educacional. Para a autora, discute-se sobre a formação docente a partir de diferentes abordagens, mas as pesquisas apontam para a necessidade de uma formação, principalmente pedagógica, para os professores do ensino superior. Existe hoje uma falta de espaços para esse tipo de formação.

No contexto das instituições de ensino superior, na prática, o que se observa é o aumento da demanda por formação específica dos professores do ensino superior: (i) seja por iniciativa particular daqueles que querem acrescentar um diferencial de qualidade a sua atuação; (ii) seja por força das restrições legais para contratação de professores para esse nível de ensino determinadas pelo MEC; (iii) seja por políticas internas das instituições de ensino superior que procuram qualificar seus quadros de forma que se mantenham competitivas no mercado educacional (GAETA, p. 37).

● **Atividade de gestão acadêmica na coordenação de curso**

As competências de um coordenador de curso estão centradas na ação de gerir, a qual consiste em agir de acordo com os objetivos institucionais e os recursos disponíveis para tal, em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPI). Esta ação é considerada em nível estratégico de uma IES.

Pensando pelo ângulo das competências, seriam exemplos de decisões no nível estratégico em IES os objetivos ligados ao seu crescimento focalizado e quantitativo, integrado e qualitativo, e à sua sobrevivência e consolidação ao longo do tempo, que são partes importantes do PDI (MURIEL, 2015a).

Espera-se dos coordenadores de curso, que, em sua gestão, assumam, segundo Muriel (2015a, p. 6), o desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- marketing - integração entre a política de comunicação, a gerência de produtos e serviços (política de egressos e captação de alunos), o atendimento aos discentes que utilizam os serviços diretos da IES e a logística da distribuição de cursos;
- sustentabilidade financeira - coerência entre as ações desenhadas para o curso, as metas financeiras e o projeto institucional, utilizando o orçamento anual como instrumento de gestão;
- produção acadêmica - integração entre os projetos pedagógicos, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, os recursos didático-pedagógicos, os convênios com as empresas, a infraestrutura física e tecnológica, o controle da qualidade de todo o processo de aprendizagem e os instrumentos de regulação; e,
- gestão de recursos humanos - relação entre as políticas de contratação e exoneração, os planos de carreira docente, cargos e salários, o acompanhamento psicológico e as políticas de qualificação.

Acresça-se, a tudo isso, a necessidade da participação dos coordenadores no planejamento das ações definidas no PDI, principalmente as que se referem às políticas de ensino, que devem ser evidenciadas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), gestão dos estágios, acesso dos estudantes aos serviços oferecidos na IES, atualização das bibliografias básicas e complementares e dos laboratórios.

Para apoiar a ação dos coordenadores de curso é imprescindível que a Universidade garanta uma formação continuada para coordenadores e seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's). O Coordenador, juntamente com o seu NDE, constitui-se como a liderança acadêmica do curso de graduação e quanto melhor o entrosamento entre os componentes do NDE melhor a gestão do curso.

Muriel (2015b) apresenta as atribuições que o Ministério da Educação (MEC), através da Comissão Nacional da Avaliação do Ensino Superior (CONAES) determinou para os NDEs:

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e,
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Ressalte-se que o modelo de gestão utilizado no curso de graduação deve transparecer no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que, por sua vez, deve refletir a política de ensino adotada pela IES e demonstrada em seu PDI.

Desenvolver um curso é muito mais do que consolidar o perfil profissional dos egressos e o PPC é um instrumento de concepção, comunicação, planejamento e implantação de uma intenção educacional muito maior do que ele. O PPC é uma descrição sumária [...] daquilo que queremos fazer como educadores. Cumpre bem a sua função na medida em que comunica uma ideia e estabelece uma programação para implantar um conjunto de ações, políticas e sistemas voltados para viabilizar a aprendizagem de alunos e professores (MURIEL, 2015b).

Corroborar-se Muriel (2015b) ao asseverar que existem NDEs estruturados como equipes de docentes, nos termos da Resolução nº 01/2010 da CONAES, que buscam um desempenho diferenciado: a) identificam-se por habilidades complementares, b) estabelecem objetivos claros e metas quantificadas de curto prazo, c) desenvolvem um modo específico de trabalhar com uma cultura interna forte. Segundo o autor, é possível criar equipes de alto desempenho mesmo que institucionalmente não existam condições ideais para essa prática.

• **Infraestrutura e Tecnologias de Informação e Comunicação**

A qualidade de uma Universidade é medida, também, pela variável infraestrutura, fundamental para o desenvolvimento das atividades acadêmicas de qualquer IES. Por outro lado, é obrigação da IES oferecer infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nos últimos anos, assistiu-se a um grande aumento de ofertas de vagas no ensino superior privado e público no Brasil, porém esse crescimento ocorreu de forma desordenada, o que afetou a qualidade dos serviços oferecidos pelas IES, e a maioria delas não conseguiu atualizar a tempo uma infraestrutura para atender a esta demanda.

[...] a qualidade e a melhoria do Ensino Superior brasileiro estão intrinsecamente ligadas à identificação e atenção aos fatores que explicam o **nível de qualidade das instituições: instalações, estrutura, serviços acadêmicos, suporte financeiro**, política de avaliação institucional, planejamento institucional, jornada de trabalho, qualificação docente, qualificação técnico-administrativa, relação professor/aluno, processos metodológicos do ensino, oferta de vagas e expansão de cursos e programas de pós-graduação (grifo nosso) (GRASEL, 2000, *apud* MARQUES *et al*, 2015).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), item fundamental da

infraestrutura de uma IES, se fazem cada vez mais presentes no ambiente acadêmico universitário, o que indica que a educação formal precisa se reinventar e se permitir extrapolar a sala de aula, que perde suas limitações físicas quando se aplicam, além dos ambientes presenciais de ensino, os ambientes virtuais.

Para Prata-Linhares (2012, p.57),

O computador, a internet e as novas tecnologias em geral permitem acelerar e conectar informações, atividades e pessoas. Entretanto, as tecnologias sem educação, conhecimentos e sabedoria que permitam organizar seu real aproveitamento levam-nos apenas a cometer mais rapidamente e em maior escala os mesmos enganos. [...]. A educação presencial e a educação à distância estão sendo fortemente modificadas e todos nós, organizações, professores e alunos, somos desafiados a encontrar novos modelos e propostas para novas situações. Hoje, ensinar e aprender não se limitam ao trabalho dentro da sala de aula, [...] às formas de expressão oral e escrita. Implicam modificar o que fazemos dentro e fora das salas de aula, usar linguagens diferentes, no presencial e no virtual, organizar ações de pesquisa e de comunicação que possibilitem proporcionar e continuar a aprendizagem também em ambientes digitais, acessando páginas na internet, pesquisando textos, vídeos, imagens, áudios, recebendo e enviando novas mensagens, discutindo questões em fóruns ou em salas de aula virtuais, divulgando pesquisas e projetos.

A partir da identificação dos itens que possibilitem denominar uma excelência acadêmica, é necessário criar as condições para que ela possa se desenvolver na universidade. O processo de elaboração do PDI, com a participação da comunidade acadêmica, é fundamental para que se alcance esta meta, pois é o documento do estabelecimento das metas e do caminho para alcançá-las.

Enfim, a universidade, além de cumprir sua missão formadora, geradora de conhecimento e transformadora, por meio de práticas acadêmicas que a interligam à comunidade, revela a sua aptidão para enfrentar os desafios que vão em direção à exigência de respostas cada vez mais rápidas às demandas de uma sociedade globalizada.

Para a concretização da excelência acadêmica, a universidade deve sempre reconhecer e incentivar a valorização profissional por meio de uma política de gestão e desenvolvimento de pessoas, abrangendo docentes e pessoal técnico-administrativo enquanto sujeitos capazes de deliberar e agir, buscando sempre o justo e o correto, e defendendo com veemência a autonomia universitária.

Finalmente, no planejamento de sua gestão, rumo a excelência, a universidade deve passar, necessariamente, pela discussão com a comunidade acerca de princípios básicos em todas as áreas finalísticas e meio, bem assim, a ampliação e a diversificação do acesso à Academia e o aprimoramento da formação científica, tecnológica, humanística, ética, política e cultural.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Silvana Sá de. A excelência no ensino superior em Universidades. In: **Revista Gestão Universitária**. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br>>. Acesso em: 06 dez. 2015.
- GAETA, Cecília. Formação de professores para o ensino superior em cursos de pós-graduação Lato Sensu: uma opção inovadora no contexto educacional atual. In: MASETTO, Marcos (Org.). **Inovação no Ensino Superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 38-53.
- GUIMARÃES, Sônia K. Produção do Conhecimento Científico e Inovação: desafios do novo padrão de desenvolvimento. **Caderno CRH**, vol.24 n. 63 Salvador, set./dez. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300001>. Acesso em: 9 out. 2015.
- MARQUES, Carolina Sampaio; PEREIRA, Breno Augusto Diniz; ALVES, Juliano Nunes. Identificação dos principais fatores relacionados à infraestrutura universitária: uma análise em uma IES pública. **Sociais e Humanas**. Santa Maria: UFSM, v. 23, n. 01, jan/jun 2010, p. 91-103. Disponível em < <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/2100/1284>>. Acesso em: 11 out. 2015.
- MURIEL, Wille. Gestão profissional sob a perspectiva teórica que as coordenações devem conhecer. **Programa de Capacitação para Coordenadores de Curso**. Belo Horizonte: Carta Consulta, 2015 (arquivo digital).
- _____. NDE e equipes de alto desempenho. **Programa de Capacitação para Coordenadores de Curso**. Belo Horizonte: Carta Consulta, 2015 (arquivo digital).
- PRATA-LINHARES, Martha Maria, Contribuições da arte para a formação de professores universitários. In: MASETTO, Marcos (Org.). **Inovação no Ensino Superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 55-66.
- ROCHA, Alexandre Reily; CONSONNI, Denise; KOBAYASHI, Guiou. “**Excelência Acadêmica: como definir e como alcançar**” - implicações para a UFABC e seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional. Santo André: UFABC, 2012, Notas.
- ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das Instituições de Ensino Superior ao desenvolvimento regional**. Curitiba: Juruá, 2009.
- ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- SANTOS, Luiz Carlos dos. **A UNEB e a promoção do desenvolvimento local e regional: o caso dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* – uma análise de 2002 a 2013**. (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), da Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2015.
- _____. **Tópicos sobre Educação [...]**. Salvador: Quarteto, 2007.
- STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. Caxias do Sul: UCS, sd. Disponível em:

< http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 9 out. 2015.

UCSAL. **Ensino de Graduação na UCSal**: referencial para uma nova organização curricular. Salvador: UCSAL/SUGRAD, 1999.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br